



BALANÇO DA ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NO ANO DE 2017 – PRESIDENTE DARCI FRIGO

CRIAÇÃO DE DUAS NOVAS COMISSÕES PERMANENTES E UMA SUBCOMISSÃO

Em resposta às reiteradas medidas do Executivo de violação dos direitos humanos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, o CNDH aprovou a **criação da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, em fevereiro de 2017**.

Também foram criadas, em junho, a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos e a Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental.

APROVAÇÃO DE 10 RECOMENDAÇÕES

Recomendação nº 01, de 3 de fevereiro de 2017, sobre o Conselho Ribeirinho da UHE Belo Monte

Recomendação nº 02, de 10 de março de 2017, sobre a Lista Suja do Trabalho Escravo

Recomendação nº 03, de 10 de março de 2017, sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2017 (Reforma da Previdência)

Recomendação nº 04, de 26 de abril de 2017, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 6787/2026 (Reforma Trabalhista)

Recomendação nº 05- MP 759, de 02 de maio de 2017, sobre a MP 759, regularização fundiária urbana e rural

Recomendação nº 06, de 24 de maio de 2017, sobre ação das políticas na região da Luz, em São Paulo

Recomendação nº 07, de 25 de outubro de 2017, sobre violações de direitos humanos causadas pela política econômica brasileira e pela Emenda do “Teto dos Gastos”

Recomendação nº 08, de 25 de outubro de 2017, sobre orçamentos destinados à participação e controle social

Recomendação nº 09, de 25 de outubro de 2017, sobre tramitação do Projeto de Lei nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)

Recomendação nº 10, de 25 de outubro de 2017, sobre PLC nº 07/2016, que altera a Lei Maria da Penha, atribuindo à autoridade policial a concessão de medidas protetivas de urgência

APROVAÇÃO DE CINCO RELATÓRIOS FINAIS

1. Relatório final - Direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun
2. Relatório final - Violações de direitos humanos das comunidades quilombolas no Brasil
3. Relatório final - Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgadas em face das violações de direitos humanos do Sistema Socioeducativo do Ceará
4. Relatório final - Rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce
5. Relatório final – Violações de direitos humanos no sistema socioeducativo do estado de Pernambuco

INSTAURAÇÃO DE UM PROCESSO APURATÓRIO

Em sua 31ª Plenária, realizada nos dias 25 e 26 de outubro, Conselho Nacional dos Direitos Humanos decide instaurar, pela primeira vez, uma Comissão de Apuração de Condutas e Situações Contrárias aos Direitos Humanos do então Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Resolução nº 8, de 25 de outubro de 2017: Instaura o Processo Apuratório nº 01/2017/CNDH para investigar possíveis condutas violadoras de direitos humanos por parte do Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

APROVAÇÃO DE DUAS OUTRAS RESOLUÇÕES

Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas.

Resolução nº 7, de 23 de agosto de 2017: Dispõe sobre posicionamento do CNDH na garantia de direitos e livre debate sobre gênero e sexualidade humana em âmbito escolar (Escola sem Partido).

APROVAÇÃO DE 21 NOTAS PÚBLICAS

1. NOTA PÚBLICA SOBRE MASSACRE NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO ANÍSIO JOBIM (COMP AJ), EM MANAUS
2. NOTA PÚBLICA SOBRE O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NO SISTEMA PRISIONAL
3. NOTA PÚBLICA SOBRE OS CRIMES PRATICADOS CONTRA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
4. NOTA PÚBLICA CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

5. NOTA PÚBLICA SOBRE A MORTE DE MANIFESTANTE EM ITAMBÉ-PE
6. NOTA DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL
7. NOTA DE REPÚDIO AO DECRETO PRESIDENCIAL DE 24 DE MAIO DE 2017, QUE AUTORIZA O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS PARA A “GARANTIA DA LEI E DA ORDEM” NO DISTRITO FEDERAL
8. NOTA PÚBLICA EM REPÚDIO AO RELATÓRIO DA CPI DA FUNAI E INCRA
9. NOTA PÚBLICA SOBRE O MASSACRE DE PAU D’ARCO (PA) E A RECENTE SOLTURA DE POLICIAS SOB INVESTIGAÇÃO
10. NOTA PÚBLICA CONTRA O FORO DIFERENCIADO PARA MILITARES ENVOLVIDOS EM MORTES DE CIVIS
11. NOTA DE REPÚDIO AO EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO
12. NOTA PÚBLICA CONTRA A REFORMA TRABALHISTA
13. NOTA DE SOLIDARIEDADE ÀS DEFENSORAS E AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS DOS POVOS INDÍGENAS
14. NOTA PÚBLICA CONJUNTA CONTRA A AMPLIAÇÃO E O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE LEITOS EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS (MNPCT e PFDC)
15. NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO AO PARECER 01/2017 DA AGU QUE VIOLA O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS AOS SEUS TERRITÓRIOS
16. NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO À PROIBIÇÃO DE VISITAS ÍNTIMAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL
17. NOTA PÚBLICA DE APOIO À RESOLUÇÃO Nº 01/99 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
18. NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO AO RACISMO INSTITUCIONAL
19. NOTA PÚBLICA DE REPÚDIO À DESCONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
20. NOTA PÚBLICA DO CNDH E DO CONANDA SOBRE LIBERDADE ARTÍSTICA, CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
21. NOTA DO CNDH EM REPÚDIO A AGRESSÕES MISÓGINAS E DE INCITAÇÃO AO CRIME DE ESTUPRO PROFERIDAS POR VEREADOR DE TAQUARI/RS

16 MISSÕES

JANEIRO: Missão conjunta organizada pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos a Manaus – massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) e outras unidades de privação de liberdade de Manaus

FEVEREIRO: Missão conjunta organizada pela então Secretaria Especial de Direitos Humanos a Boa Vista – massacres nas unidades de privação de liberdade do estado de Roraima, como a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo

MARÇO: Missão a Rondônia – participação em audiência com o objetivo de promover uma ação articulada dos órgãos envolvidos com a questão agrária

MAIO: Missão emergencial ao Sudeste do Pará (Massacre Pau D'Arco)

MAIO: Missão emergencial à região da Luz (Cracolândia) em São Paulo

JULHO: Missão do Grupo de Trabalho Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas ao Território Quilombola Brejo dos Crioulos (MG)

JULHO: Missão a Manaus para acompanhar os desdobramentos da investigação da chacina que vitimou 30 pessoas entre 17 e 19 de julho de 2015

AGOSTO: Missão para monitoramento de medidas cautelares sobre o sistema socioeducativo do Ceará

AGOSTO: Missão do Grupo de Trabalho Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas ao Território Quilombola de Alcântara (MA)

AGOSTO: Missão emergencial conjunta à comunidade quilombola de Iúna, município de Lençóis, Bahia

AGOSTO: Missão a Belém para acompanhar os desdobramentos da investigação de chacina

OUTUBRO: Missão do Grupo de Trabalho Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas em territórios quilombolas da região de Santarém (PA)

OUTUBRO: Missão sobre direitos da população em situação de rua em Alagoas

OUTUBRO: Missão conjunta composta pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) e parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal ao Pará

NOVEMBRO: Missão conjunta organizada pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), composta por organizações de direitos humanos, movimentos sociais, Ministério Público Federal (MPF) e Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) a Correntina, Bahia

DEZEMBRO: Missão ao Território Quilombola Rio dos Macacos

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

SISTEMA DE JUSTIÇA

- 1^a Audiência do CNDH com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Carmen Lucia.
- Participação, pela 1^a vez, da Procuradora-Geral da República na reunião plenária do CNDH.
- Reunião com a Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Maria Thereza.
- Questionamento aos Ministérios Públicos sobre mortes provocadas pela política e controle externo da atividade policial
- Participação na reunião do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP.
- Participação na reunião de reativação do Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo
- Reunião com Procuradores e Promotores de Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público Federal sobre conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos.
- Audiências com Ministros e Ministras do Supremo Tribunal Federal (Marco Aurélio, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, Edson Fachin, Dias Tóffoli – ADI quilombola) e do Superior Tribunal Federal (Sebastião Reis – caso MST) para incidir na garantia dos direitos humanos.
- Audiência com o Procurador-Geral do Trabalho (MPT), Ronaldo Curado Fleury, sobre reforma trabalhista.

PODER EXECUTIVO

- Reunião com as Ouvidorias Nacionais de Temas Sociais: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais e Ouvidoria Agrário Nacional.
- Reunião com a Ministra dos Direitos Humanos.
- Reunião com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos.
- Reunião com IBAMA.
- Fórum Interconselhos.

PODER LEGISLATIVO

- 1º Encontro Nacional de Direitos Humanos, em parceria a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.
- Audiência Pública sobre Teto dos Gastos
- Audiência Pública sobre Situação dos direitos humanos no Brasil
- Audiência Pública sobre situação dos quilombolas no Brasil
- Audiência Pública para discutir os desafios e limites da política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas;
- Audiência pública sobre os impactos da política econômica praticada pelo governo brasileiro na violação dos direitos humanos, econômicos e sociais;
- Audiência Pública sobre os projetos de lei que dispõem, de forma direta ou indireta, sobre o direito constitucional de reunião e manifestação;

- Audiência Pública sobre violência policial em manifestações;
- Audiência Pública sobre crimes de ódio contra a população LGBTI;
- Audiência Pública sobre mecanismos para coibir a violência contra a pessoa idosa;
- Audiência Pública sobre planejamento das atividades da CDHM.

INTERNACIONAL

- 1^a Reunião com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.
- Lançamento do documento “Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais”, com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e outros órgãos e organizações.
- Reunião com os comissários James Cavallaro e Esmeraldina da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- Pela 1^a vez, o CNDH acompanhou as atividades em Genebra, 36^a Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e participou na Revisão Periódica Universal.
- Evento sobre as diretrizes internacionais de proteção para os povos indígenas em isolamento e em contato inicial da região Amazônica, Gran Chaco e região oriental do Paraguai, organizada pela Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, pelo Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre Direitos dos Povos Indígenas e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no Peru.
- Terceira Consulta Regional para América Latina e Caribe para implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no Chile.
- Reunião com a deputada do Parlamento Europeu Julie Ward, do Reino Unido.

ATIVIDADES ORDINÁRIAS

- Realização de todas as reuniões plenárias previstas para o ano de 2017, totalizando 10 reuniões.
- 5 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua
- 4 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação Privação de Liberdade
- 5 reuniões da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão
- 4 reuniões da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais
- 4 reuniões da Subcomissão dos Programas de Proteção
- 3 reuniões da Comissão Permanente Direito à Cidade
- 5 reuniões da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada
- 4 reuniões da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública
- 5 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários

- 5 reuniões da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social
- 2 reuniões da Subcomissão de Saúde Mental e Política de Drogas
- 2 reuniões da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

OUTROS EVENTOS REALIZADOS PELO CNDH

- 2^a Reunião ampliada do CNDH com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos sobre construção do Sistema Nacional de Direitos Humanos.
- Realização do Seminário “Liberdade de Expressão e Direitos Humanos na Internet: em busca do equilíbrio”
- Reunião emergencial em Brasília, com a participação de representantes da sociedade civil e de órgãos públicos com atuação em direitos humanos e conflitos no campo, com o objetivo de discutir propostas de ação conjunta para o enfrentamento à crescente violência no campo no Brasil. Encaminhou a realização de um ato denúncia.
- ATO DENÚNCIA “Por direitos e contra a violência no campo”. Ato em conjunto com organizações da sociedade civil e órgãos públicos de atuação em defesa dos direitos humanos denunciando ao aumento da violência no campo.
- Reunião com os povos indígenas Kaigang, Xokleng e Guarani.

PARTICIPAÇÃO DO CNDH EM EVENTOS RELEVANTES

- Visita à 14^a edição do Acampamento Terra Livre, que reuniu mais de 3 mil indígenas em Brasília para protestar contra retrocessos nos seus direitos.
- I Seminário de Crianças e Adolescentes com familiares encarcerados
- Seminário Nacional “Construindo Ações Estratégicas de Advocacy para a Cidadania Plena LGBTI+ no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal”;
- II Seminário de Direitos Humanos do Ministério Pública do Paraná;
- Reunião do Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos;
- 16^a Jornada de Agroecologia;
- 3º Seminário “Fronteiras de Luta”;
- 10 anos do Movimento Nacional da População de Rua
- 3º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental
- Seminário “Desafios para construir uma política de prevenção e combate à tortura transversal”, promovido pelo MNPCT.
- Audiência Pública sobre Política Estadual dos Atingidos por Barragens, Minas Gerais.
- Audiência Pública em Altamira para discutir as condições para a reprodução da vida na Volta Grande do Rio Xingu.
- Audiência Pública para propor soluções à situação dos conflitos agrários no Baixo Iguaçu, no Paraná.